

# Demonstrações Contábeis Regulatórias

31 de dezembro de 2025



**PACTO ENERGIA**  
DISTRIBUIÇÃO PARANÁ

Força e Luz Coronel Vivida Ltda.

## Sumário

Balanço patrimonial	2
Demonstração do resultado	4
Demonstração do resultado abrangente	5
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstração do valor agregado	7
Demonstração dos fluxos de caixa	8

### Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

1	Contexto operacional	9
2	Setor elétrico no Brasil	9
3	Políticas contábeis	10
3.1	Declaração de conformidade	10
3.2	Base de elaboração	10
3.3	Ativos e passivos regulatórios	11
3.4	Imobilizado	11
3.5	Demonstrações de fluxo de caixa	12
3.6	Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024	12
3.7	Pronunciamentos novos ou normas emitidas, mas ainda não vigentes	13
4	Caixa e equivalentes de caixa	13
5	Consumidores	14
6	Partes relacionadas	15
7	Tributos compensáveis	15
8	Ativos e passivos financeiros setoriais	16
9	Imobilizado e intangível	20
10	Fornecedores	23
11	Tributos a recolher	23
12	Encargos setoriais	23
13	Consumidores – item financeiro tarifário	24
14	Outros passivos circulantes	24
15	Obrigações vinculadas à concessão	24
16	Patrimônio líquido	28
17	Receita operacional	29
18	Pessoal e administradores	30
19	Serviços de terceiros	30
20	Outras receitas operacionais líquidas	30
21	Resultado financeiros	30
22	Imposto de renda e contribuição social	31
23	Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário	32
24	Conciliação do resultado do exercício regulatório e societário	34
25	Instrumentos financeiros e objetivos e políticas para gestão de risco	35
26	Contingências	36
27	Seguros	36
28	Eventos subsequentes	36

## Balanço Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

<b>Ativo</b>	<b>Notas</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Circulante</b>		<b>11.063</b>	<b>7.934</b>
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.264	309
Consumidores	5	3.939	3.565
Concessionárias e permissionárias		-	289
Serviços em curso		567	337
Tributos compensáveis	7	188	69
Almoxarifado operacional		114	69
Investimentos temporários		-	31
Ativos financeiros setoriais	8	3.494	1.678
Encargos setoriais a compensar		10	-
Outros ativos circulantes		1.487	1.587
<b>Não circulante</b>		<b>16.532</b>	<b>17.997</b>
Tributos compensáveis	7	1.677	3.238
Depósitos judiciais e cauções		66	77
Outros ativos não circulantes		252	224
Imobilizado	9	14.455	14.327
Intangível	9	82	131
<b>Total do ativo</b>		<b>27.595</b>	<b>25.931</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## Balanço Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Passivo	Notas		
		2025	2024
<b>Circulante</b>		<b>15.367</b>	<b>16.623</b>
Fornecedores	10	3.713	3.572
Empréstimos e financiamentos		52	262
Obrigações sociais e trabalhistas		448	399
Tributos a recolher	11	1.167	898
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio		540	556
Encargos setoriais	12	1.775	1.300
Passivos financeiros setoriais	8	4.970	6.071
Consumidores – item financeiro tarifário	13	2.098	2.490
Outros passivos circulantes	14	604	1.075
<b>Não circulante</b>		<b>2.984</b>	<b>2.908</b>
Empréstimos e financiamentos		146	-
Tributos diferidos	22	554	570
Passivos financeiros setoriais		92	-
Obrigações vinculadas à concessão	15	2.192	2.338
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>9.244</b>	<b>6.400</b>
Capital social	16	7.257	7.257
Reavaliação regulatória		1.473	1.465
Lucros/prejuízos acumulados		514	(2.322)
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>27.595</b>	<b>25.931</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
<b>Receita operacional</b>	17	<b>50.614</b>	<b>46.033</b>
Fornecimento de energia elétrica		14.120	14.988
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		24.297	23.697
Ativos e passivos regulatórios		4.350	1.768
Serviços cobráveis		145	158
Doações, contribuições e subvenções vinculadas		7.702	5.422
<b>(-) Deduções da receita operacional</b>		<b>(12.773)</b>	<b>(12.118)</b>
PIS		(633)	(497)
COFINS		(2.924)	(2.290)
ICMS		(9.177)	(9.331)
ISS		(39)	-
<b>(-) Encargos - Parcela "A"</b>		<b>(9.603)</b>	<b>(6.574)</b>
(-) Pesquisa e desenvolvimento - P&D		(134)	(200)
(-) Programa de eficiência energética - PEE		(135)	(67)
Conta de desenvolvimento energético - CDE		(8.666)	(6.272)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE		(40)	(35)
Outros encargos		(628)	-
<b>Receita líquida</b>		<b>28.238</b>	<b>27.341</b>
<b>Custo das atividades operacionais</b>			
Custos com energia elétrica para revenda		(9.409)	(9.680)
Encargos de transmissão, conexão e distribuição		(10.053)	(10.268)
		<b>(19.462)</b>	<b>(19.948)</b>
<b>Resultado antes dos custos gerenciáveis</b>		<b>8.776</b>	<b>7.393</b>
<b>Custos gerenciáveis - Parcela "B"</b>		<b>(6.155)</b>	<b>(6.704)</b>
Pessoal e administradores	18	(2.425)	(3.391)
Material		(229)	(142)
Serviços de terceiros	19	(2.110)	(1.775)
Arrendamentos e aluguéis		(250)	(315)
Seguros		(6)	-
Doações, contribuições e subvenções		(25)	(17)
Provisões		13	(2)
(-) Recuperação de despesas		38	78
Tributos		(56)	(49)
Depreciação e amortização		(869)	(824)
Gastos diversos		(236)	(267)
Outras receitas operacionais		1.114	228
Outras despesas operacionais		(1.127)	(214)
<b>Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas</b>	20	<b>(13)</b>	<b>14</b>
<b>Resultado da atividade</b>		<b>2.608</b>	<b>703</b>
<b>Resultado financeiro</b>	21	<b>1.034</b>	<b>(36)</b>
Receitas financeiras		1.447	879
Despesas financeiras		(413)	(915)
<b>Resultado antes dos impostos sobre o lucro</b>		<b>3.642</b>	<b>667</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	22	<b>(808)</b>	<b>(190)</b>
Correntes		(808)	(190)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>2.834</b>	<b>477</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## Demonstração do resultado abrangente

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Lucro líquido do exercício	2.834	477
Reserva de reavaliação	8	117
<b>Total de resultados abrangentes do exercício</b>	<b>2.842</b>	<b>594</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.



## Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de reavaliação	Lucros Prejuízos acumulados	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>7.257</b>	<b>1.348</b>	<b>(2.847)</b>	<b>5.758</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	477	477
Reavaliação Regulatória Compulsória de Imob. - VNR	-	117	-	117
Outros	-	-	48	48
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>7.257</b>	<b>1.465</b>	<b>(2.322)</b>	<b>6.400</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	2.834	2.834
Reavaliação Regulatória Compulsória de Imob. - VNR	-	10	-	10
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>7.257</b>	<b>1.475</b>	<b>512</b>	<b>9.244</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## Demonstração do valor agregado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Receita operacional</b>	<b>43.322</b>	<b>39.972</b>
Fornecimento de energia elétrica	38.416	38.685
Outras Receitas	4.892	1.288
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	13	(2)
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(23.042)</b>	<b>(22.182)</b>
Custos com energia elétrica para revenda	(19.462)	(19.948)
Materiais, serviços e outros	(3.580)	(2.234)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>20.280</b>	<b>17.790</b>
Depreciação/Amortização	(869)	(824)
<b>Valor adicionado líquido</b>	<b>19.411</b>	<b>16.965</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>9.865</b>	<b>7.166</b>
Aluguéis	716	865
Receitas Financeiras	1.447	879
Subvenções diversas	7.702	5.422
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>29.275</b>	<b>24.131</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	<b>(29.275)</b>	<b>(24.131)</b>
<b>Pessoal</b>	<b>(2.423)</b>	<b>(3.391)</b>
Remuneração direta	(1.536)	(2.199)
Benefícios	(286)	(532)
Encargos sociais	(600)	(660)
<b>Impostos, Taxas e Contribuições</b>	<b>(13.627)</b>	<b>(12.349)</b>
Federais	(4.365)	(2.978)
Estaduais	(9.216)	(9.360)
Municipais	(46)	(11)
<b>Encargos do Consumidor</b>	<b>(9.602)</b>	<b>(6.573)</b>
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(134)	(200)
Programa de eficiência energética - PEE	(135)	(67)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(8.666)	(6.272)
Outros encargos	(667)	(35)
<b>Remuneração de Capitais de Terceiros</b>	<b>(742)</b>	<b>(1.326)</b>
Juros e variações monetárias	(492)	(1.011)
Aluguéis	(250)	(315)
<b>Outros gastos da concessão</b>	<b>(48)</b>	<b>(15)</b>
Indenização por danos elétricos	(48)	(15)
<b>Remuneração de Capitais Próprios</b>	<b>(2.834)</b>	<b>(476)</b>
Lucro Líquido do exercício	(2.834)	(476)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	2025	2024
<b>Atividades operacionais:</b>		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	3.642	667
<b>Ajustes para a reconciliação do lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social com caixa das atividades operacionais:</b>		
Depreciação e amortização	722	635
Perdas de depreciação de VNR por baixas de bens não reversíveis	88	(15)
Juros e variações monetárias, líquidas	(1.573)	(1.317)
Amortização de ativos/passivos financeiros	(392)	(4.462)
VNR sob baixas de bens não reversíveis	(72)	53
Reavaliação regulatória compulsória de imobilizado - VNR	(7)	(9)
Baixas líquidas de imobilizado e intangível	1.092	398
	<b>3.500</b>	<b>(4.050)</b>
<b>Redução (aumento) dos ativos</b>		
Consumidores	(373)	(14)
Estoques	(44)	110
Tributos compensáveis	1.778	1.957
Ativos financeiros setoriais	(1.819)	(514)
Depósitos judiciais	11	3
Outros créditos	163	(277)
	<b>(284)</b>	<b>1.265</b>
<b>Aumento (redução) dos passivos</b>		
Fornecedores	141	(250)
Obrigações sociais e trabalhistas	48	2
Tributos a recolher	269	56
Encargos setoriais	475	199
Passivos financeiros setoriais	(1.029)	4.479
Outras obrigações	778	(175)
	<b>682</b>	<b>4.311</b>
<b>Caixa gerado(utilizado) pelas atividades operacionais</b>	<b>3.898</b>	<b>1.526</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(808)	(190)
<b>Caixa líquido gerado(utilizado) pelas atividades operacionais</b>	<b>3.090</b>	<b>1.336</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Aplicações em obrigações vinculadas a concessão	42	616
Aplicações no imobilizado	(2.097)	(1.815)
<b>Caixa líquido utilizado pelas atividades de investimento</b>	<b>(2.055)</b>	<b>(1.199)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Lucros distribuídos	(16)	(14)
Empréstimos e financiamentos pagos	(64)	(262)
<b>Caixa líquido utilizado pelas atividades de financiamento</b>	<b>(80)</b>	<b>(276)</b>
<b>Total dos efeitos no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>955</b>	<b>(139)</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	309	448
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	1.264	309
<b>Varição no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>955</b>	<b>(139)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

# Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. Contexto operacional

A Força e Luz Coronel Vivida Ltda. (“Pacto Energia”, “Empresa” ou “Concessionária”), concessionária de distribuição de energia elétrica, constituída sob a forma de quotas de responsabilidade limitada em 1º de setembro de 1959, tem por objetivo a produção, transmissão, distribuição e comércio de energia elétrica para o município de Coronel Vivida, Estado do Paraná, tendo suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, órgão vinculado ao Ministério das Minas e Energia.

### Concessões

Conforme 5º Termo Aditivo assinado em 09 de dezembro de 2015, a Concessionária detém a concessão até 07 de julho de 2045 para exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica no município de Coronel Vivida, conforme discriminado no contrato de concessão nº 69/99, que lhe foi transferida pelo Decreto nº 68.871, de 5 de julho de 1.971, reagrupada por meio da Resolução ANEEL nº 219, de 25 de junho de 1.999.

### Estrutura de capital

A Companhia apresenta, em 31 de dezembro de 2025, capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 4.304 mil (R\$ 8.689 mil em 31 de dezembro de 2024). Tal condição decorre, principalmente, do reconhecimento de obrigações regulatórias associadas à devolução de valores aos consumidores, bem como de passivos operacionais relevantes vinculados à compra de energia e outros compromissos de curto prazo.

A administração vem adotando medidas para mitigar os efeitos dessa situação, incluindo a recomposição tarifária homologada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, a gestão ativa do fluxo de caixa, a renegociação de obrigações e a otimização de custos operacionais.

Não obstante, tais condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

Com base nas medidas implementadas e nas projeções de fluxo de caixa, a administração conclui que é apropriado o uso do pressuposto de continuidade operacional na preparação das demonstrações financeiras.

## 2. Setor elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Empresa é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de longo prazo de venda de energia.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, essa Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Empresa, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (“Ajuste Escalar”) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

Consumidores livres são aqueles cuja demanda excede a 3 MW em tensão igual ou superior a 69kV ou em qualquer nível de tensão, desde que o fornecimento começou após julho de 1995. Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao sistema regulado se comunicar ao distribuidor de sua região com cinco anos de antecedência. Este período de aviso prévio procura assegurar que, se necessário, a distribuidora poderá comprar energia adicional para suprir a reentrada de Consumidores Livres no mercado regulado. As geradoras estatais podem vender energia a consumidores livres, mas em vez de geradores privados, são obrigados a fazê-lo através de um processo de leilão.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

### **3. Políticas contábeis**

#### **3.1. Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis regulatórias para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis. Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis Regulatórias determinadas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) aprovado pela Resolução Normativa nº 933, de 28 de maio de 2021.

As Demonstrações Contábeis Regulatórias são separadas das Demonstrações financeiras estatutárias societárias da Empresa. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Essas diferenças estão sumarizadas nas notas explicativas nº 23 e nº 24 – Conciliação do balanço patrimonial e demonstrações de resultados regulatório e societário.

#### **3.2. Base de elaboração**

As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (“MCSE”), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021 e revisada pelo Despacho no 1.690 de 28 de junho de 2022.

Essas demonstrações contábeis foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis Regulatórias. As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações financeiras estatutárias e societárias da Empresa. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações contábeis para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis para fins Regulatórios não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma

**Notas explicativas às demonstrações financeiras** (continuação)  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

empresa e apresentar diferenças de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias. Estas diferenças constam nas notas 23 e 24, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis regulatórias preparadas de acordo com estas práticas.

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas e apresentadas nas demonstrações financeiras societárias, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

Aprovação das demonstrações contábeis regulatórias

A emissão dessas demonstrações contábeis regulatórias foi aprovada de acordo com a resolução dos membros da Diretoria em 27 de abril de 2026.

**3.3. Ativos e passivos regulatórios**

O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação da Aneel, a Empresa contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos regulatórios, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O ativo e passivo regulatórios serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da Empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

**3.4. Imobilizado**

a. Imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido do valor de reavaliação registrado após laudo de ativos em fevereiro de 2021. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução nº. 674 de 11 de agosto de 2015 vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

b. Imobilizado em curso

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Empresa agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, a Empresa tem incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível

**Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c. Obrigações vinculadas à concessão

Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores da Concessionária para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

d. Reserva de reavaliação

É realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social - nota explicativa nº.15. Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL.

Conforme o MCSE, item 6.3.6, imobilizado, deve ser aplicada a reavaliação compulsória do imobilizado das Outorgadas que atuam em distribuição, geração e transmissão de energia, as quais possuem revisão tarifária. A reavaliação deverá ser aplicada de acordo com a metodologia do Valor Novo de Reposição - VNR. A reavaliação homologada pelo Órgão Regulador será reconhecida contabilmente para fins regulatórios.

Para o exercício de 2024, a partir do novo laudo da revisão tarifária periódica (RTP), processo 48581.001240/2021-00 da nota técnica 180/2021, que estabeleceu os valores da nova base de remuneração, o saldo do imobilizado, tributos diferidos e resultado refletem os efeitos da aplicação desse novo valor homologado.

e. Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 20% ou mais do total do faturamento. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

**3.5. Demonstrações de fluxo de caixa**

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica NBCT 3.8 - Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2)) emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

**3.6. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025**

<b>Norma</b>	<b>Tema / setor</b>	<b>Vigência (início)</b>
CPC 02 (R2) (Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio)	Falta de trocabilidade para exigir que uma entidade aplique uma abordagem consistente para avaliar se uma moeda é trocável por outra moeda e, quando não o é, para determinar à taxa de câmbio	01/01/2025
Atualização IFRS para PMEs (IFRS for SMEs)	Atualização do padrão IFRS para PMEs conforme deliberações do IASB	09/01/2025

A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024.

As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Empresa.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**3.7. Pronunciamentos novos ou normas emitidas, mas ainda não vigentes**

Norma	Tema / setor	Vigência (início)
NBC TDS 01 (CFC) – correlata a IFRS S1	O objetivo da NBC TDS 01 Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade é exigir que a entidade divulgue informações sobre seus riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade que sejam úteis aos principais usuários de relatórios financeiros para fins gerais ao tomar decisões relacionadas ao fornecimento de recursos à entidade	01/01/2026
NBC TDS 02 (CFC) – correlata a IFRS S2	O objetivo desta Norma é exigir que a entidade divulgue informações sobre seus riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas que sejam relevantes aos principais usuários de relatórios financeiros para fins gerais ao tomar decisões relacionadas ao fornecimento de recursos à entidade	01/01/2026
CPC 48 (IFRS 9) + CPC 40 (R1) (IFRS 7)	As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança ('ASG' ou 'ESG').	01/01/2026
CPC 51 (Brasil) (substitui CPC 26 (R1) no horizonte de vigência)	Este Pronunciamento estabelece requisitos para a apresentação e divulgação de informação nas demonstrações contábeis para fins gerais (demonstrações contábeis) para ajudar a garantir que proporcionem informações relevantes que representem fidedignamente os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas da entidade.	01/01/2027
CFC – Revisão NBC 31 (convergência CPC/IFRS)	Revisão ampla de normas (NBCs e ITGs) que altera referências conforme nova estrutura de CPCs	01/01/2027*

(\*) data da vigência estimada.

Destacamos as principais normas que impactarão de forma profunda e contundente a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis nos próximos anos.

**4. Caixa e equivalentes de caixa**

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Contas bancárias à vista	1.264	309
	<b>1.264</b>	<b>309</b>

Notas explicativas às demonstrações contábeis (continuação)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Consumidores

A composição de saldo de consumidores no exercício de 2025, bem como a abertura de saldo é a seguinte:

	Valores correntes							Valores renegociados				TOTAL 2025	TOTAL 2024
	Corrente a vencer		Corrente vencida					Renegociada a vencer		Renegociada vencida			
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	PCLD	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias		
Fornecimento de energia	3.598	-	310	5	4	17	(21)	-	-	-	-	3.913	3.504
Residencial	969	-	189	1	1	8	(10)	-	-	-	-	1.158	1.204
Industrial	1.337	-	23	-	-	-	-	-	-	-	-	1.360	1.410
Comercial	503	-	48	3	1	6	(7)	-	-	-	-	554	528
Rural	191	-	43	-	-	2	(2)	-	-	-	-	234	202
Poderes Públicos	64	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	65	43
Iluminação Pública	73	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	73	53
Serviço Público	57	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	57	45
Serviço Taxado	9	-	7	1	1	1	(2)	-	-	-	-	17	19
Fornecimento Não Faturado	395	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	395	-
(-) Arrecadação Processo Classif.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Encargos	17	-	8	-	1	-	-	-	-	-	-	26	61
Suprimento \ Encargo Rede Não Faturado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>3.615</b>	<b>-</b>	<b>318</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>17</b>	<b>(21)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.939</b>	<b>3.565</b>

A concentração do risco de crédito é limitada porque a base de clientes é pulverizada e não há relação entre os clientes. A Empresa não possui concentração de cliente em sua receita, não possuindo nenhum cliente que represente 20% ou mais da receita anual.

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa foi constituída considerando o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, sendo:

- Residenciais vencidos a mais de 90 dias;
- Comerciais vencidos a mais de 180 dias; e
- Industrial, Poder Público e Iluminação Pública vencidos a mais de 360 dias.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis (continuação)**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 6. Partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições específicas acordadas entre as partes. As seguintes transações com as partes relacionadas foram realizadas durante o exercício:

Saldos patrimoniais passivos:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>Fornecedores</b>	<b>70</b>	<b>40</b>
Teodoro de Oliveira Assessoria Ltda. (a)	70	40
<b>Outros passivos circulantes</b>	<b>270</b>	<b>774</b>
Serviços jurídicos (a)	270	774

Resultado

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>Despesas</b>	<b>(7)</b>	<b>(22)</b>
Máxima FM Ltda. - Propaganda e publicidade (b)	(7)	(22)

a. Teodoro de Oliveira Assessoria Ltda. inclui em seu quadro societário a Sra. Tatiane Berger, que é filha do Sr. Fábio Berger, administrador e sócio quotista da Concessionária. A contratação dos serviços pela empresa está relacionada ao pagamento de honorários advocatícios.

b. Máxima FM Ltda. - integra o quadro societário da respectiva empresa o Sr. Roberto Lang, administrador e quotista da Concessionária. As despesas referem-se a gastos com publicidade e propaganda.

Remuneração do pessoal chave da administração

A remuneração do pessoal-chave da administração compreende os benefícios diretos e indiretos concedidos aos administradores e membros dos órgãos de governança. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve pagamento de remuneração fixa ou variável aos administradores. Contudo, foram concedidos benefícios indiretos no montante de R\$ 28 mil (R\$ 7 mil em 2024), registrados nas despesas administrativas.

Todas as transações com partes relacionadas são realizadas em condições usuais de mercado e aprovadas de acordo com as políticas internas de governança da Companhia.

## 7. Tributos compensáveis

<b>Saldos por tributo</b>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
PIS a compensar	77	178
COFINS a compensar	1.423	2.910
ICMS a compensar	177	150
Outros tributos a compensar	188	69
	<b>1.865</b>	<b>3.307</b>
Circulante	<b>188</b>	<b>69</b>
Não Circulante	<b>1.677</b>	<b>3.238</b>

Em março de 2017 o STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu em caráter de repercussão geral e confirmou que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A Empresa, por meio de Mandado de Segurança 2007.70.00.019734-5, em que pleiteava a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, obteve o trânsito em julgado em 28 de março de 2019, em que, após o pedido de habilitação do crédito, passou a partir de 19 de junho de 2019, a compensar administrativamente referidos créditos com débitos administrados pela Receita Federal do Brasil em períodos subsequentes.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis (continuação)**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

<b>Movimentação de tributos a recuperar – Não circulante</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Saldo inicial	3.238	4.610
Correção monetária	348	468
Compensação com débitos tributários	(1.936)	(1.896)
Outros tributos estaduais	27	56
<b>Saldo final</b>	<b>1.677</b>	<b>3.238</b>

**8. Ativos e passivos financeiros setoriais**

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre parte desses ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos).

## a) Conta de compensação de variação de custos da “Parcela A”

Os itens da Parcela “A” são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, no período de 26/08/2023 a 26/07/2024, entre os valores dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último reajuste tarifário anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período. A recuperação da Parcela “A” foi iniciada em agosto de 2024, logo após o final da vigência do índice de reajuste tarifário.

Os créditos da Parcela “A” são atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação, não havendo limite de prazo para sua realização.

À medida que os valores da Parcela “A” são recebidos na tarifa, a Empresa transfere o valor correspondente registrado no ativo para o resultado; à medida que os valores da Parcela “A” são recebidos na tarifa, a Empresa transfere o valor correspondente registrado no ativo para o resultado:

## b) Demais ativos e passivos financeiros setoriais

## i) Programas sociais e governamentais

A Empresa, consciente de sua atuação socialmente responsável, prioriza sua participação em programas e ações governamentais, adotando iniciativas voltadas ao aperfeiçoamento de políticas públicas na área social.

## ii) Quota parte de energia nuclear

Em 9 de dezembro de 2009, a Lei nº 12.111/2009 alterou a regulamentação referente à comercialização da energia proveniente da Eletronuclear, estabelecendo que, a partir de 1º de janeiro de 2013, o pagamento à Eletronuclear da receita decorrente da geração da energia de Angra 1 e 2 será rateado entre todas as Outorgadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional – SIN, sendo a tarifa dessa energia proveniente da Eletronuclear calculada e homologada anualmente pela ANEEL.

## iii) Neutralidade da Parcela A

Trata-se do valor referente a uma inconsistência da metodologia de cálculo do reajuste tarifário em anos anteriores conforme contratos de concessão vigentes, que gerou em tarifa superior à devida, uma vez que não foi assegurada a neutralidade dos itens dos custos não gerenciáveis da Parcela A.

## iv) Sobrecontratação

O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 103% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007.

## v) Diferimento ou Ressarcimento de reposição tarifária

Não tivemos diferimento de reajustes tarifários em nossa Empresa nos exercícios de 2024 e 2023.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis** (continuação)  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação das contas de ativos financeiros setoriais em 2025, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Ativos financeiros setoriais	Saldo em 31/12/2024	Adição	Amortização	Remuneração	Transferência	Saldo em 31/12/2025	Valores em amortização	Valores em constituição	Circulante	Não circulante
<b>CVA Ativa</b>	<b>823</b>	<b>755</b>	<b>(47)</b>	<b>(13)</b>	-	<b>1.518</b>	<b>742</b>	<b>775</b>	<b>1.517</b>	-
Aquisição de energia - (CVAenerg)	84	5	193	(18)	-	264	259	5	264	-
Proinfa	10	-	70	(3)	-	77	77	-	77	-
Transporte rede básica	204	-	(201)	-	-	3	3	-	3	-
Transporte de Energia - Itaipu	26	-	(25)	1	-	2	2	-	2	-
ESS	123	10	(108)	2	-	27	17	10	27	-
CDE	376	740	24	5	-	1.145	384	760	1.144	-
<b>Demais ativos financeiros setoriais</b>	<b>855</b>	<b>1.643</b>	<b>(39)</b>	<b>10</b>	<b>(493)</b>	<b>1.976</b>	<b>326</b>	<b>1.651</b>	<b>1.977</b>	-
Neutralidade da parcela A	281	1.643	42	10	-	1.976	326	1.651	1.977	-
Sobrecontratação de energia	49	-	(49)	-	-	-	-	-	-	-
Bandeiras tarifárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros (a)	525	-	(32)	-	(493)	-	-	-	-	-
<b>Total ativos financeiros setoriais</b>	<b>1.678</b>	<b>2.398</b>	<b>(86)</b>	<b>(3)</b>	<b>(493)</b>	<b>3.494</b>	<b>1.068</b>	<b>2.426</b>	<b>3.494</b>	-

**Notas explicativas às demonstrações contábeis** (continuação)  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação das contas de passivos financeiros setoriais em 2025, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Passivos financeiros setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2024	Adição	Amortização	Remuneração	Transferência	Saldo em 31/12/2025	Valores em amortização	Valores em constituição	Circulante	Não circulante
<b>CVA ativa</b>	<b>(200)</b>	<b>(216)</b>	<b>190</b>	<b>(9)</b>	-	<b>(235)</b>	<b>(16)</b>	<b>(218)</b>	<b>(234)</b>	-
Aquisição de energia - (CVAenerg)	(93)	(64)	90	(4)	-	(71)	(6)	(65)	(71)	-
Proinfa	(12)	(13)	12	-	-	(13)	-	(13)	(13)	-
Transporte rede básica	-	(39)	(8)	(1)	-	(48)	(9)	(39)	(48)	-
Transporte energia elétrica – Itaipu	-	(7)	-	-	-	(7)	-	(7)	(7)	-
ESS	(51)	(37)	50	1	-	(37)	-	(37)	(37)	-
CDE	(44)	(56)	46	(5)	-	(59)	(1)	(57)	(58)	-
<b>Demais ativos financeiros setoriais</b>	<b>(5.871)</b>	<b>(2.072)</b>	<b>3.218</b>	<b>(10)</b>	-	<b>(4.735)</b>	<b>(2.664)</b>	<b>(2.072)</b>	<b>(4.736)</b>	-
Neutralidade da parcela A	(1.347)	(1.249)	247	(10)	-	(2.359)	(1.109)	(1.249)	(2.358)	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bandeiras tarifárias	(364)	(577)	152	-	-	(789)	(213)	(577)	(790)	-
Outros	(4.160)	(246)	2.819	-	-	(1.587)	(1.342)	(246)	(1.588)	-
<b>Total passivos financeiros setoriais</b>	<b>(6.071)</b>	<b>(2.288)</b>	<b>3.408</b>	<b>(19)</b>	-	<b>(4.970)</b>	<b>(2.680)</b>	<b>(2.290)</b>	<b>(4.970)</b>	-

**Notas explicativas às demonstrações contábeis** (continuação)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Os saldos de “outros passivos” financeiros setoriais são compostos pelos seguintes itens:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>Outros passivos financeiros setoriais</b>	<b>(1.588)</b>	<b>(4.160)</b>
Ultrapassagem de demanda	(50)	(62)
Excedente reativo	(60)	(76)
Devolução de crédito Pis/Cofins – s/base ICMS (a)	(603)	(2.217)
Lucro Eletrobrás – p/ Mod. Tarifária – DPS 1239/24	-	(3)
Créditos Pis/Cofins IRT 2025	-	(884)
Prev. risco hidrológico 2023/2024	-	(531)
IF previsão risco hidrológico 2024/2025	(424)	(286)
Ultrapassagem de demanda 2024/2025	(42)	(13)
Excedente reativo 2024/2025	(52)	(35)
IF escassez hídrica cons. livres 2024/2025	(12)	(10)
IF prescrição de GD 2024/2025	-	(43)
IF sobrecontratação energia 2024/2025	(1)	-
Ajuste cusd 2024/2025	(87)	-
Arrec escassez de migrantes 2024/2025	(11)	-
IF previsão risco hidrológico 2025/2026	(232)	-
IF escassez hídrica cons. livres 2025/2026	(14)	-

(b) A movimentação de transferência resulta principalmente do reajuste tarifário de 2024, no qual a Empresa incluiu na base de reajuste parte dos créditos de PIS e COFINS já habilitados e aproveitados, além de uma estimativa de aproveitamento futuro.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis (continuação)**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**9. Imobilizado e intangível**

Por natureza, o imobilizado da Empresa em 2025 está constituído da seguinte forma:

<b>Ativo imobilizado em serviço</b>	<b>Valor bruto em 31/12/2024</b>	<b>Adições (A)</b>	<b>Baixas (B)</b>	<b>Transferências (C)</b>	<b>Reavaliação</b>	<b>Valor bruto em 31/12/2025</b>	<b>Adições líquidas (A)-(B)+(C)</b>	<b>Depreciação acumulada</b>	<b>Valor líquido em 31/12/2025</b>	<b>Valor líquido em 31/12/2024</b>
<b>Distribuição</b>	<b>28.483</b>	<b>1.162</b>	<b>(298)</b>	<b>37</b>	<b>(116)</b>	<b>29.268</b>	<b>901</b>	<b>(17.625)</b>	<b>11.643</b>	<b>11.548</b>
Terrenos	754	-	-	-	-	754	-	-	754	754
Edificações, obras civis e benfeitorias	2.549	-	-	-	-	2.549	-	(2.404)	145	155
Máquinas e equipamentos	23.840	917	(298)	37	(116)	24.380	656	(14.604)	9.776	9716
Veículos	1.204	245	-	-	-	1.449	245	(540)	909	859
Móveis e utensílios	136	-	-	-	-	136	-	(77)	59	64
<b>Administração</b>	<b>1.164</b>	<b>6</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.170</b>	<b>6</b>	<b>(303)</b>	<b>867</b>	<b>929</b>
Terrenos	442	-	-	-	-	442	-	-	442	442
Edificações, obras civis e benfeitorias	66	-	-	-	-	66	-	(47)	19	21
Máquinas e equipamentos	114	-	-	-	-	114	-	(47)	67	72
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	542	6	-	-	-	548	6	(209)	339	394
<b>Subtotal</b>	<b>29.647</b>	<b>1.168</b>	<b>(298)</b>	<b>37</b>	<b>(116)</b>	<b>30.438</b>	<b>907</b>	<b>(17.928)</b>	<b>12.510</b>	<b>12.477</b>
<b>Ativo imobilizado em curso</b>	<b>Valor bruto em 31/12/2024</b>	<b>Adições (A)</b>	<b>Baixas (B)</b>	<b>Transferências (C)</b>	<b>Reavaliação</b>	<b>Valor bruto em 31/12/2025</b>	<b>Adições líquidas (A)-(B)+(C)</b>	<b>Depreciação acumulada</b>	<b>Valor líquido em 31/12/2025</b>	<b>Valor líquido em 31/12/2024</b>
<b>Distribuição</b>	<b>1.845</b>	<b>931</b>	<b>(764)</b>	<b>(37)</b>	<b>-</b>	<b>1.975</b>	<b>130</b>	<b>-</b>	<b>1.975</b>	<b>1.850</b>
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	1.845	931	(764)	(37)	-	1.975	130	-	1.975	1.850
<b>Administração</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>1.845</b>	<b>931</b>	<b>(764)</b>	<b>(37)</b>	<b>-</b>	<b>1.975</b>	<b>130</b>	<b>-</b>	<b>1.975</b>	<b>1.850</b>
Outros	-	-	(30)	-	-	(30)	(30)	-	(30)	-
<b>Total do ativo imobilizado</b>	<b>31.492</b>	<b>2.099</b>	<b>(1.092)</b>	<b>-</b>	<b>(116)</b>	<b>32.383</b>	<b>1.007</b>	<b>(17.928)</b>	<b>14.455</b>	<b>14.327</b>

**Notas explicativas às demonstrações contábeis** (continuação)  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Por natureza, o intangível da Empresa em 2025 está constituído da seguinte forma:

Intangível	Valor bruto em 31/12/2024	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2025	Adições líquidas (A)-(B)+(C)	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2025	Valor líquido em 31/12/2024
<b>Distribuição</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Administração</b>	<b>693</b>	-	-	-	-	<b>693</b>	-	<b>(611)</b>	<b>82</b>	<b>131</b>
Softwares	693	-	-	-	-	693	-	(611)	82	131
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>693</b>	-	-	-	-	<b>693</b>	-	<b>(611)</b>	<b>82</b>	<b>131</b>
<b>Total do ativo intangível</b>	<b>693</b>	-	-	-	-	<b>693</b>	-	<b>(611)</b>	<b>82</b>	<b>131</b>



**Notas explicativas às demonstrações contábeis (continuação)**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As depreciações são calculadas em conformidade com a Resolução ANEEL nº 367/2009 atualizadas peças resoluções nº 474/12 e 674/15. Assim sendo, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os principais bens e instalações são depreciados pelas taxas anuais a seguir:

**Distribuição**

Banco de capacitores (tensão inferior a 69 kV)	6,67%
Chave de distribuição (tensão inferior a 69 kV)	6,67%
Condutor do sistema (classe de tensão inferior a 69 kV)	3,57%
Estrutura do sistema (poste)	3,57%
Regulador de tensão (tensão inferior a 69 kV)	4,35%
Transformador (tensão inferior a 69 kV)	4,35%

**Administração central**

Equipamento geral	6,25%
Veículos	14,29%

A ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil econômica estimada dos bens integrantes da concessão para efeitos de determinação da tarifa, bem como para a apuração da indenização no vencimento da concessão.

Nos exercícios de 2025 e 2024 não houve capitalização de custos de empréstimos. A Empresa utiliza recursos próprios para os investimentos nas atividades da concessão

No ano de 2021 foi realizada a Quinta Revisão Tarifária Periódica, a qual homologou uma nova BRR (base de remuneração regulatória) para os ativos. Com base no processo: 48500.004628/2020-21 da nota técnica nº 139/2021-SFF/ANEEL, a ANEEL estabeleceu os valores de referência para da Base de Remuneração. Desse modo, foram realizados ajustes contábeis e no respectivo controle patrimonial regulatório de acordo com a homologação desta base remuneratória quando da publicação da respectiva resolução.

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do Bem	Valor
VEICULOS	91
VEICULOS	91
RELIGADOR AUTOMATICO TRIFASICO 15kV, 16kA, 800A - NOJA POWER	83
MED BIF WASION IM100 - SEM NIC	69
MED TRIF WASION IM300 - SEM NIC	68
MED EASYTRAFO L403 400A 120-240V 60HZ 3E3F 4FIO TC150 M05V	37
MEDIDOR TRIFASICO LANDIS GYR E450-B1E3 3F 4 FIOS 15(120)A	35
VEICULOS	30
VEICULOS	30
MED MONOF WASION IM100 - SEM NIC	29

As dez principais baixas (pelo critério de valor) do imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do Bem	Valor
RELIGADOR AUTOMATICO TRIFASICO 15kV, 16kA, 800A - NOJA POWER	73
MEDIDOR TRIFASICO MERCADO LIVRE LANDIS GYR E750 2,5(10A)	17
MEDIDOR ELETROMECHANICO TRIFASICO	15
MEDIDOR ELETROMECHANICO TRIFASICO	13
TRANSFORMADOR TRIF. 75 kVA 13,8 kV - 220/127 V	11
MEDIDOR ELETRONICO TRIFASICO	10
MEDIDOR ELETRONICO BIFASICO	8
MEDIDOR ELETRONICO BIFASICO	6
MEDIDOR ELETRONICO TRIFASICO	3
CHAVE SECCIONADORA 15,0kV 400A TRIFÁSICO ISOLAMENTO A SECO	3

**Notas explicativas às demonstrações contábeis (continuação)**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**10. Fornecedores**

Os saldos de fornecedores referem-se às obrigações assumidas junto a terceiros, decorrentes da aquisição de bens e serviços necessários à manutenção de suas operações, sendo reconhecidos no passivo circulante pelo valor nominal das faturas a pagar.

Para fins de melhor apresentação e transparência, os saldos estão segregados entre:

(i) Fornecedores de energia: correspondem, substancialmente, às obrigações relacionadas à compra de energia elétrica no mercado livre, incluindo contratos bilaterais, liquidações junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e demais encargos setoriais associados;

(ii) Fornecedores de materiais e serviços: compreendem as obrigações decorrentes da aquisição de materiais, equipamentos e contratação de serviços utilizados nas atividades operacionais e administrativas.

Os saldos são registrados quando do recebimento dos bens ou da prestação dos serviços, sendo mensurados com base nos valores de seus respectivos documentos fiscais.

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Fornecedores de energia elétrica	3.221	3.395
Fornecedores de materiais e serviços	492	177
	<b>3.713</b>	<b>3.572</b>

**11. Tributos a recolher**

Os tributos a recolher referem-se às obrigações fiscais da Companhia, apuradas de acordo com a legislação vigente, e compreendem principalmente impostos, taxas e contribuições incidentes sobre suas operações. Esses valores são reconhecidos no passivo circulante à medida que são incorridos, sendo mensurados com base nas alíquotas e bases de cálculo definidas pela legislação tributária aplicável.

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
IR	79	-
CSLL	29	1
PIS	40	21
COFINS	184	100
ICMS	831	768
ISS	4	5
OUTROS	-	3
	<b>1.167</b>	<b>898</b>

**12. Encargos setoriais**

As taxas regulamentares são taxas específicas impostas às concessionárias e permissionárias do Setor Elétrico. O quadro a seguir demonstra as obrigações a recolher correspondentes aos encargos do consumidor de energia elétrica estabelecidas pela legislação:

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Conta de desenvolvimento energético - CDE	830	612
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	364	285
Programa de eficiência energética	578	398
Outros	3	5
	<b>1.775</b>	<b>1.300</b>

**Notas explicativas às demonstrações contábeis (continuação)**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**13. Consumidores – item financeiro tarifário**

Os itens financeiros tarifários referem-se a valores reconhecidos em decorrência de diferenças temporais entre os custos efetivamente incorridos e aqueles considerados nos processos tarifários homologados pelo órgão regulador, sendo sua recuperação ou devolução aos consumidores realizada por meio de tarifas futuras.

Os valores de compra de energia de microgeração referem-se à energia elétrica injetada na rede de distribuição por unidades consumidoras participantes do sistema de compensação de energia elétrica – SCEE. Os montantes associados à energia compensada são reconhecidos de acordo com os critérios regulatórios aplicáveis, refletindo o custo da energia injetada na rede pela sua respectiva tarifa. A mensuração desses valores considera as informações de medição, os volumes de energia injetada e consumida, bem como as tarifas e componentes definidos pelo órgão regulador em cada ciclo tarifário.

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Compra de energia microgeração	975	1.367
Consumidores PIS/COFINS a compensar	-	-
Redução tarifaria 22/23	1.123	1.123
	<b>2.098</b>	<b>2.490</b>

**14. Outros passivos circulantes**

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Honorários advocatícios (i)	270	775
Subsídios CDE – ciclo 2024/2025	100	74
Outros (ii)	234	226
	<b>604</b>	<b>1.075</b>

(i) Os honorários advocatícios estão sendo liquidados conforme o uso do crédito tributário de PIS e COFINS, obtido com o auxílio do consultor jurídico, com uma parte significativa já paga. A administração estima que o valor total será quitado até 31 de dezembro de 2026, seguindo o planejamento financeiro e o cronograma estabelecido.

(ii) Os saldos referem-se, predominantemente, a repasses de convênios para iluminação pública e para entidades privadas.

**15. Obrigações vinculadas à concessão**

Os montantes representam os valores atrelados à participação financeira do consumidor, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador destinadas a investimento no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Conforme a resolução normativa nº 1.000/2021 a distribuidora deve atender gratuitamente às solicitações de fornecimento para unidades consumidoras conforme seção XVI – Da conexão gratuita. Portanto a participação financeira do consumidor consiste em bens e instalações oriundos de obras de atendimento previstos na Capítulo II – Da Conexão, Seções XVII e XVIII da resolução normativa nº 1.000/2021 sendo assim arcada parcial ou totalmente pelo consumidor. Os bens e instalações oriundo das obras devem ser cadastrados e incorporados no ativo imobilizado em serviço da distribuidora e reconhecidos no grupo de outros passivos não circulantes, conforme orienta o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica. Segue a composição dessas obrigações.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis** (continuação)  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A abertura do saldo das obrigações especiais no exercício de 2025 é a seguinte:

Obrigações especiais	Depreciação taxa média anual	Custo histórico	Correção monetária especial	Reavaliação	Total
<b>Em serviço</b>		(2.313)	-	(1.864)	(4.177)
Participação financeira do consumidor	3,77%	(1.013)	-	(1.014)	(2.027)
Doações e subv. a invest. no serviço concedido	3,73%	(1.300)	-	(850)	(2.150)
Programa de eficiência energética - PEE	-	-	-	-	-
Pesquisa e desenvolvimento	-	-	-	-	-
Universalização serv. púb. de energia elétrica	-	-	-	-	-
<b>Outros</b>	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-
<b>(-) Amortização acumulada - AIS</b>	-	<b>814</b>	-	<b>1.186</b>	<b>2.000</b>
Participação financeira do consumidor	-	537	-	645	1.182
Doações e subv. a invest. no serviço concedido	-	277	-	541	818
Programa de eficiência energética - PEE	-	-	-	-	-
Pesquisa e desenvolvimento	-	-	-	-	-
Universalização serv. púb. de energia elétrica	-	-	-	-	-
<b>Outros</b>	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-
<b>Em curso</b>	-	<b>(15)</b>	-	-	<b>(15)</b>
Obrigações especiais em curso - doações	-	-	-	-	-
Valores pendentes de recebimento	-	(15)	-	-	(15)
<b>Total</b>	<b>0,00%</b>	<b>(1.514)</b>	-	<b>(678)</b>	<b>(2.192)</b>

**Notas explicativas às demonstrações contábeis** (continuação)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Obrigações especiais	Valor bruto em 31/12/2024	Adições (a)	Baixas (b)	Transferências (c)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2025	Adições líquidas (a)-(b)+(c)	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2025	Valor líquido em 31/12/2024
<b>Em serviço</b>	(2.242)	(71)	-	-	(1.864)	(4.177)	(71)	2.000	(2.177)	(2.295)
Participação financeira do consumidor	(954)	(59)	-	-	(1.014)	(2.027)	(59)	1.182	(845)	(876)
Doações e subv. a invest. no serviço concedido	(1.288)	(12)	-	-	(850)	(2.150)	(12)	818	(1.332)	(1.419)
Programa de eficiência energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização serv. públ. de energia elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores pendentes de recebimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores não aplicados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Outros</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>(-) Amortização acumulada - AIS</b>	<b>710</b>	<b>104</b>	-	-	<b>1.186</b>	<b>2.000</b>	-	-	-	-
Participação financeira do consumidor	492	45	-	-	645	1.182	-	-	-	-
Doações e subv. a invest. no serviço concedido	218	59	-	-	541	818	-	-	-	-
Programa de eficiência energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização serv. públ. de energia elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Outros</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>(1.532)</b>	<b>33</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(678)</b>	<b>(2.177)</b>	<b>(71)</b>	<b>2.000</b>	<b>(2.177)</b>	<b>(2.295)</b>

Obrigações especiais	Valor bruto em 31/12/2024	Adições (a)	Baixas (b)	Transferências (c)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2025	Adições líquidas (a)-(b)+(c)	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2025	Valor líquido em 31/12/2024
<b>Em curso</b>	(43)	(26)	-	54	-	(15)	28	-	(15)	(43)
Participação da união, estados e municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação financeira do consumidor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Doações e subv. a invest. no serviço concedido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de eficiência energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização serv. públ. de energia elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores pendentes de recebimento	(43)	(26)	-	54	-	(15)	28	-	(15)	(43)
Valores não aplicados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Outros</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>(43)</b>	<b>(26)</b>	<b>-</b>	<b>54</b>	<b>-</b>	<b>(15)</b>	<b>28</b>	<b>-</b>	<b>(15)</b>	<b>(43)</b>
<b>Total obrigações especiais</b>	<b>(1.575)</b>	<b>7</b>	<b>-</b>	<b>54</b>	<b>(678)</b>	<b>(2.192)</b>	<b>(43)</b>	<b>2.000</b>	<b>(2.192)</b>	<b>(2.338)</b>

**Notas explicativas às demonstrações contábeis** (continuação)  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

No exercício de 2025 a Empresa não apresentou nenhuma baixa em obrigações especiais.

Obrigações especiais por data de aquisição:

Obrigações especiais	Valor bruto em 31/12/2025	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2025
<b>Em serviço</b>	(4.177)	2.000	(2.192)
<b>Participação da união, estados e municípios</b>	-	-	-
Data de aquisição:	-	-	-
<b>Participação financeira do consumidor</b>	(2.027)	1.182	(845)
Data de aquisição: anterior a 31/12/2015	(985)	537	(448)
Data de aquisição: 30/11/2023 - VNR	(1.014)	645	(369)
Data de aquisição: 31/08/2025	(16)	-	(16)
Data de aquisição: 30/11/2025	(12)	-	(12)
<b>Doações e subv. a invest. no serviço concedido</b>	(2.150)	818	(1.332)
Data de aquisição: anterior a 31/12/2015	(765)	251	(514)
Data de aquisição: 31/11/2023 - VNR	(850)	541	(309)
Data de aquisição: 31/12/2024	(523)	26	(497)
Data de aquisição: 31/08/2025	(12)	-	(12)
<b>Programa de eficiência energética - PEE</b>	-	-	-
<b>Pesquisa e desenvolvimento</b>	-	-	-
<b>Universalização serv. púb. de energia elétrica</b>	-	-	-
<b>Valores pendentes de recebimento</b>	-	-	(15)
<b>Valores não aplicados</b>	-	-	-
<b>Outros</b>	-	-	-
<b>Ultrapassagem de demanda</b>	-	-	-
Data de aquisição:	-	-	-
<b>Excedente de reativos</b>	-	-	-
Data de aquisição:	-	-	-
<b>Diferença das perdas regulatórias</b>	-	-	-
<b>Outros</b>	-	-	-
<b>Total</b>	<b>(4.177)</b>	<b>2.000</b>	<b>(2.192)</b>

**Notas explicativas às demonstrações contábeis** (continuação)  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 16. Patrimônio líquido

### a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado é representado por 7.256.534 (sete milhões duzentos e cinquenta e seis mil quinhentos e trinta e quatro) quotas no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma.

<b>Acionistas</b>	<b>Cotas</b>	<b>%</b>
Adelio de Carli	5.376	0,07%
Alex Sandro Schiavini	461	0,01%
Antonio Martins Annibelli	821	0,01%
Apolonia Ivanir Decesaro	2.997	0,04%
Ceres Loures Martins	2.463	0,03%
Denite Maria Pizzatto	4.561	0,06%
Fabio Berger	3.042.206	41,92%
Gabriel Eduardo de Carli	5.375	0,07%
Gilberto Veraldo Schiavini	2.307	0,03%
Giovani Antonio Schiavini	461	0,01%
Helio de Carli	5.376	0,07%
Jones Mario de Carli	5.376	0,07%
Jose Antonio Tremea	6.907	0,10%
Jose Renato dos Santos Taborda Ribas	65	0,00%
Julio Cesar Prestes Schiavini	461	0,01%
Loris de Carli	5.376	0,07%
Madeira Serbema Ltda	31.342	0,43%
Maria Salete Manique Barreto	2.307	0,03%
Marly de Lordes Schiavini Grahl	2.307	0,03%
Município de Coronel Vívuda	972.199	13,40%
Neri de Carli	5.376	0,07%
Neusa Evanir Gugik	4.431	0,06%
Pedro Mezzomo	23.914	0,33%
Roberto Lang	655.116	9,03%
Rogério Raspol	52.849	0,73%
Rosani Raspol	7.688	0,11%
Roseli Raspol	7.688	0,11%
Teresinha Mezzomo	2.400.728	33,08%
<b>Total</b>	<b>7.256.534</b>	<b>100,00</b>

### b. Destinação dos lucros

Os lucros apurados após o término do exercício social serão repartidos entre os quotistas, proporcionalmente às quotas de cada um no capital social. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não houve distribuição de lucros.

### c. Reserva de reavaliação

É realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social. Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 não permite a reavaliação de bens. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis (continuação)**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**17. Receita operacional**

	Nº de consumidores		MWh		R\$	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
<b>Receita bruta</b>						
<b>Fornecimento - Faturado</b>	<b>9.161</b>	<b>8.819</b>	<b>29.637</b>	<b>33.438</b>	<b>25.519</b>	<b>26.007</b>
Residencial	7.145	6.912	15.315	14.709	12.436	11.788
Industrial	124	122	1.107	2.837	2.312	2.206
Comercial	964	890	6.071	7.195	5.950	5.717
Rural	818	792	4.236	4.099	2.854	2.806
Poder público	94	92	1.162	1.502	1.082	1.199
Iluminação pública	6	1	1.494	1.530	790	1.004
Serviço público	10	10	252	1.566	216	771
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	(121)	516
<b>Uso da rede elétrica de distribuição faturado</b>	<b>17</b>	<b>17</b>	<b>56.589</b>	<b>54.004</b>	<b>24.297</b>	<b>23.697</b>
Consumidores cativos	-	-	-	-	11.112	10.704
Consumidores livres	17	17	56.589	54.004	13.185	12.993
Encargos de conexão de agentes de geração	-	-	-	-	-	-
Permissionárias	-	-	-	-	-	-
Uso da rede elétrica de transmissão faturado	-	-	-	-	-	-
<b>(-) Transferências</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(11.399)</b>	<b>(11.019)</b>
(-) Trsf p/ obrig. espec. do AIC - Ultrapassagem demanda	-	-	-	-	(138)	(87)
(-) Trsf p/ obrig. espec. do AIC - Excedente de reativos	-	-	-	-	(149)	(228)
(-) Trsf p/ obrig. Espec. do AIC - Difer. perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-
(-) Trsf p/ TUSD - Consumidores cativos	-	-	-	-	(11.112)	(10.704)
<b>Fornecimento/suprimento/rede elétrica - Não faturado</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>12.197</b>	<b>7.348</b>
Constituição e amortiz. - CVA ativa e passiva	-	-	-	-	821	260
Constituição e amortiz. - RTP diferimento ou devolução	-	-	-	-	104	(284)
Constituição e amortiz. - Demais ativos e passivos setoriais	-	-	-	-	3.425	1.792
Serviços cobráveis	-	-	-	-	145	158
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	-	-	7.702	5.422
<b>Total</b>	<b>9.178</b>	<b>8.836</b>	<b>86.226</b>	<b>87.442</b>	<b>50.614</b>	<b>46.033</b>

O Governo Federal, por meio da Lei nº 10.438/02, criou a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE visando, entre outros, a garantia de recursos para atendimento à subvenção econômica destinada à modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da Subclasse Residencial Baixa Renda, onde possibilita que os consumidores da classe residencial com consumo até 220 kWh/mensal usufruam de desconto na tarifa de energia, podendo chegar a 65%.

Com objetivos similares, o Governo do Estado do Paraná instituiu o Programa Energia Solidária através da Lei 20.943/21, pelo qual os consumidores residenciais com consumo até 150 kWh/mês, classificados como baixa renda, das classes residenciais e rurais, têm isenção total da fatura, cujo débito é assumido pelo Governo do Estado do Paraná.

Apresentamos a seguir o total de consumidores da Pacto Energia beneficiados pelos referidos Programas em 2025 e 2024:

	2025		2024	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Número de consumidores residenciais	6.232	87,2%	6.150	89,0%
Número de consumidores atendidos como "baixa renda"	504	7,1%	454	6,6%
Número de consumidores atendidos como luz fraterna	409	5,7%	308	4,5%
	<b>7.145</b>	<b>100%</b>	<b>6.912</b>	<b>100%</b>

**Notas explicativas às demonstrações contábeis** (continuação)  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**18. Pessoal e administradores**

	2025	2024
<b>Pessoal e administradores</b>		
<b>Pessoal</b>	<b>(2.397)</b>	<b>(3.318)</b>
Remuneração	(1.511)	(1.793)
Encargos	(600)	(660)
Despesas rescisórias	-	(333)
Outros benefícios - Corrente	(286)	(532)
<b>Administradores</b>	<b>(28)</b>	<b>(73)</b>
Honorários e encargos (diretoria e conselho)	(28)	(73)
<b>Total</b>	<b>(2.425)</b>	<b>(3.391)</b>

**19. Serviços de terceiros**

	2025	2024
<b>Serviços de terceiros</b>		
Sistemas de informação	(831)	(763)
Correio e telefone	(36)	(45)
Serviços jurídicos	(173)	(20)
Consultoria e auditoria	(213)	(207)
Honorários contábeis externos	(140)	(10)
Assessoria técnica	(146)	(243)
Manutenção e conservação	(73)	(55)
Serviços terceiros técnicos administrativos	(427)	(235)
Uniforme e materiais de segurança	(9)	-
Fretes, passagens e viagens	(21)	(24)
Outros	(41)	(173)
<b>Total</b>	<b>(2.110)</b>	<b>(1.775)</b>

As despesas com serviços de terceiros referem-se aos custos incorridos na contratação de serviços especializados prestados por empresas ou profissionais externos. Essas despesas incluem, mas não se limitam a serviços de processamento de dados, consultorias, auditorias, assessoria técnica e serviços jurídicos.

**20. Outras receitas operacionais líquidas**

	2025	2024
<b>Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas</b>		
Aluguel de infraestrutura	712	866
Arrecadação de convênios	75	74
Receita por inventário de redes - sobras físicas	57	142
Impostos	(217)	(870)
Outras receitas/despesas	(640)	(198)
<b>Total</b>	<b>(13)</b>	<b>14</b>

**21. Resultado financeiro**

O resultado financeiro da Empresa é composto pelas receitas e despesas financeiras incorridas no período, refletindo, principalmente, os efeitos da gestão de caixa, endividamento e atualização de ativos e passivos financeiros.

As receitas financeiras incluem, substancialmente, rendimentos de aplicações financeiras, atualização monetária de ativos, deságio, descontos obtidos e outros ganhos financeiros. As despesas financeiras compreendem, principalmente, encargos sobre empréstimos e financiamentos, juros incorridos, atualização monetária de passivos, variações monetárias e cambiais, descontos concedidos e demais custos financeiros.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis (continuação)**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

<b>Receitas financeiras</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Rendimento de aplicações financeiras	33	44
Atualização monetária CVA	80	84
Outras receitas financeiras	1.334	751
	<b>1.447</b>	<b>879</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Atualização monetária CVA	(121)	(72)
Variações monetárias	(80)	(122)
Selic recuperação PIS/COFINS	(83)	(602)
Outras despesas financeiras	(129)	(119)
	<b>(413)</b>	<b>(915)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>1.034</b>	<b>(36)</b>

## 22. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e da contribuição social pelas alíquotas nominal e efetiva está demonstrada a seguir:

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	3.642	667
Ajustes efeitos IFRS	112	108
<b>Lucro ajustado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>3.754</b>	<b>775</b>
(Adições) exclusões, liquidas	259	124
Compensação de prejuízo de exercício anterior	(1.049)	(270)
<b>Base de cálculo fiscal</b>	<b>2.964</b>	<b>629</b>
Despesa de IRPJ e CSLL pelas alíquotas vigentes	(808)	(190)
<b>IRPJ e CSLL correntes</b>	<b>(808)</b>	<b>(190)</b>

Não houve movimentação do imposto de renda e contribuição social correntes com diferimento no exercício de 2025.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os tributos diferidos sobre a reavaliação de bens estão contabilizados sobre as seguintes bases:

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Reavaliação regulatória ativo imobilizado	(2.313)	(2.444)
Reavaliação regulatória obrigações especiais	684	769
Base de cálculo reavaliação regulatória	(1.629)	(1.675)
Provisão de IRPJ e CSLL pelas alíquotas vigentes	(554)	(570)
<b>IRPJ e CSLL diferidos</b>	<b>(554)</b>	<b>(570)</b>

**Notas explicativas às demonstrações contábeis (continuação)**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**23. Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário**

Ativo	31/12/2025			31/12/2024		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>CIRCULANTE</b>	<b>11.063</b>		<b>11.063</b>	<b>7.934</b>		<b>7.934</b>
Caixa e equivalente de caixa	1.264	-	1.264	309	-	309
Consumidores	3.939	-	3.939	3.565	-	3.565
Concessionárias e permissionárias	-	-	-	289	-	289
Serviços em curso	567	-	567	337	-	337
Tributos compensáveis	188	-	188	69	-	69
Almoxarifado operacional	114	-	114	69	-	69
Investimentos Temporários	-	-	-	31	-	31
Ativos financeiros setoriais	3.494	-	3.494	1.678	-	1.678
Encargos setoriais a compensar	10	-	10	-	-	-
Outros ativos circulantes	1.487	-	1.487	1.587	-	1.587
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>16.532</b>	<b>(3.870)</b>	<b>12.662</b>	<b>17.997</b>	<b>(4.135)</b>	<b>13.862</b>
Tributos compensáveis	1.677	-	1.677	3.238	-	3.238
Depósitos judiciais e cauções	66	-	66	77	-	77
Outros ativos não circulantes	252	-	252	224	-	224
Ativo financeiro de concessão	(a) 14.455	(13.366)	1.089	-	1.000	1.000
Imobilizado	(b) 82	(41)	41	14.327	(14.286)	41
Intangível	(b) -	9.537	9.537	131	9.151	9.282
<b>Total do ativo</b>	<b>27.595</b>	<b>(3.870)</b>	<b>23.725</b>	<b>25.931</b>	<b>(4.135)</b>	<b>21.796</b>
<b>PASSIVO</b>	<b>Regulatório</b>	<b>Ajustes</b>	<b>Societário</b>	<b>Regulatório</b>	<b>Ajustes</b>	<b>Societário</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>15.367</b>	-	<b>15.367</b>	<b>16.623</b>	-	<b>16.623</b>
Fornecedores	3.713	-	3.713	3.572	-	3.572
Empréstimos e financiamentos	52	-	52	262	-	262
Obrigações sociais e trabalhistas	448	-	448	399	-	399
Tributos a recolher	1.167	-	1.167	898	-	898
Dividendos declarados e JCP	540	-	540	556	-	556
Encargos setoriais	1.775	-	1.775	1.300	-	1.300
Passivos financeiros setoriais	4.970	-	4.970	6.071	-	6.071
Consumidores – item financeiro tarifários	2.098	-	2.098	2.490	-	2.490
Outros passivos circulantes	604	-	604	1.075	-	1.075
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>2.984</b>	<b>(2.746)</b>	<b>238</b>	<b>2.908</b>	<b>(2.908)</b>	<b>-</b>
Empréstimos e financiamentos	146	-	146	-	-	-
Tributos diferidos	(c) 554	(554)	-	570	(570)	-
Passivos financeiros setoriais	92	-	92	-	-	-
Obrigações vinculadas à concessão	(d) 2.192	(2.192)	-	2.338	(2.338)	-
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>9.244</b>	<b>(1.124)</b>	<b>8.120</b>	<b>6.400</b>	<b>(1.227)</b>	<b>5.173</b>
Capital social	7.257	-	7.257	7.257	-	7.257
Reavaliação regulatória	(e) 1.473	(1.473)	-	1.465	(1.465)	-
Prejuízos acumulados	(f) 514	349	863	(2.322)	238	(2.084)
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>27.595</b>	<b>(3.870)</b>	<b>23.725</b>	<b>25.931</b>	<b>(4.135)</b>	<b>21.796</b>

A seguir são detalhadas a natureza dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

(a) Os ajustes são decorrentes do reconhecimento, na contabilidade societária, da parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura que não serão amortizados até o final da concessão, ou seja, que não serão recuperados via tarifa durante o período da concessão. Este reconhecimento, na contabilidade societária, foi realizado em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão. Para fins de contabilidade regulatória, esta prática não é adotada, gerando diferenças devido à bifurcação do saldo imobilizado e intangível regulatório entre ativo financeiro da concessão e ativo intangível da concessão.

(b) Os ativos relacionados ao contrato de concessão estão segregados entre ativos financeiros, ativo contratual e ativos intangíveis, devido à adoção do ICPC 01 para a contabilidade societária. A Empresa apurou o saldo do ativo financeiro, sendo o intangível apurado pela diferença entre o saldo contábil do imobilizado antes da bifurcação (“método do valor residual”) e o saldo do ativo financeiro. Os ativos classificados como intangíveis nas demonstrações financeiras societárias representam o direito da Empresa de cobrar os consumidores pelo uso da infraestrutura do serviço público e são amortizados de forma linear pela vida útil regulatória dos ativos ou pelo prazo remanescente do contrato de concessão, dos

**Notas explicativas às demonstrações contábeis (continuação)**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

dois o menor. O ICPC 01 não é aplicado na contabilidade regulatória, gerando assim divergências entre as demonstrações societárias e as regulatórias.

(c) Os ajustes são decorrentes da incidência de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as diferenças das práticas na contabilidade societária e regulatória quanto ao reconhecimento da reserva de reavaliação regulatória compulsória.

(d) Os saldos das obrigações especiais são apresentados líquidos do ativo intangível de concessão, e na contabilidade regulatória a apresentação é segregada do imobilizado, sendo os saldos apresentados no passivo. Cabe destacar que para a contabilidade societária, o saldo das obrigações especiais, também foi bifurcado, pela adoção do ICPC 01.

As diferenças na amortização são oriundas das diferenças das bases dos bens amortizados, visto que na contabilidade societária é reconhecida a amortização do ativo intangível de concessão (já bifurcado), e na contabilidade regulatória é reconhecida a depreciação do ativo imobilizado, incluindo a reserva de reavaliação regulatória.

(e) O saldo de reavaliação regulatória é decorrente dos ajustes de avaliação patrimonial resultantes do laudo de avaliação regulatório do 5º ciclo de revisão tarifária periódica, não reconhecido na contabilidade societária.

(f) O ajuste de prejuízos acumulados refere-se às diferenças de resultado apuradas entre a contabilidade societária e a contabilidade regulatória.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis (continuação)**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**24. Conciliação do resultado do exercício regulatório e societário**

	2025			2024		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>RECEITA OPERACIONAL</b>	<b>50.614</b>	<b>1.254</b>	<b>51.868</b>	<b>46.033</b>	<b>1.816</b>	<b>47.849</b>
Fornecimento de energia elétrica	14.120	-	14.120	14.988	-	14.988
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	24.297	-	24.297	23.697	-	23.697
Ativos e passivos regulatórios	4.350	-	4.350	1.768	-	1.768
Serviços cobráveis	145	-	145	158	-	158
Doações, contribuições e subvenções vinculadas	7.702	-	7.702	5.422	-	5.422
Receita de construção (a)	-	1.254	1.254	-	1.816	1.816
<b>(-) Deduções da receita operacional</b>	<b>(12.773)</b>	<b>-</b>	<b>(12.773)</b>	<b>(12.118)</b>	<b>-</b>	<b>(12.118)</b>
PIS_PASEP	(633)	-	(633)	(497)	-	(497)
COFINS	(2.924)	-	(2.924)	(2.290)	-	(2.290)
ICMS	(9.177)	-	(9.177)	(9.331)	-	(9.331)
ISS	(39)	-	(39)	-	-	-
<b>(-) Encargos - Parcela "A"</b>	<b>(9.603)</b>	<b>-</b>	<b>(9.603)</b>	<b>(6.574)</b>	<b>-</b>	<b>(6.574)</b>
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(134)	-	(134)	(200)	-	(200)
Programa de eficiência energética - PEE	(135)	-	(135)	(67)	-	(67)
Conta de desenvolv. energético. - CDE	(8.666)	-	(8.666)	(6.272)	-	(6.272)
Taxa de fisc. dos serv. de serv. de ener. elé - TFSE	(40)	-	(40)	(35)	-	(35)
Outros encargos	(628)	-	(628)	-	-	-
<b>Receita líquida</b>	<b>28.238</b>	<b>1.254</b>	<b>29.492</b>	<b>27.341</b>	<b>1.816</b>	<b>29.157</b>
<b>Custo das atividades operacionais</b>	<b>(19.462)</b>	<b>(4.567)</b>	<b>(24.029)</b>	<b>(19.948)</b>	<b>(4.567)</b>	<b>(24.515)</b>
Custos com energia elétrica para revenda	(9.409)	-	(9.409)	(9.680)	-	(9.680)
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	(10.053)	-	(10.053)	(10.268)	-	(10.268)
Custos de operação (d)	-	(3.313)	(3.313)	-	(2.751)	(2.751)
Custos de construção (a)	-	(1.254)	(1.254)	-	(1.816)	(1.816)
<b>Resultado antes dos custos gerenciáveis</b>	<b>8.776</b>	<b>(3.313)</b>	<b>5.463</b>	<b>7.393</b>	<b>(2.751)</b>	<b>4.642</b>
<b>Custos gerenciáveis - Parcela "B"</b>	<b>(6.155)</b>	<b>3.426</b>	<b>(2.729)</b>	<b>(6.704)</b>	<b>2.859</b>	<b>(3.845)</b>
Pessoal e administradores	(2.425)	1.743	(682)	(3.391)	1.321	(2.070)
Material (d)	(229)	203	(26)	(142)	109	(33)
Serviços de terceiros (d)	(2.110)	356	(1.754)	(1.775)	413	(1.362)
Arrendamentos e aluguéis (d)	(250)	190	(60)	(315)	195	(120)
Seguros (d)	(6)	(19)	(25)	-	(17)	(17)
Doações, contribuições e subvenções	(25)	25	-	(17)	17	-
Provisões (d/c)	13	-	13	(2)	-	(2)
(-) Recuperação de despesas (d)	38	-	38	78	(41)	37
Tributos (d)	(56)	45	(11)	(49)	40	(9)
Depreciação e amortização (d/b)	(869)	756	(113)	(824)	711	(113)
Gastos diversos (d)	(236)	127	(109)	(267)	111	(156)
Outras receitas operacionais	1.114	-	1.114	228	-	228
Outras despesas operacionais	(1.127)	-	(1.127)	(214)	-	(214)
<b>Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas</b>	<b>(13)</b>	<b>-</b>	<b>(13)</b>	<b>14</b>	<b>-</b>	<b>14</b>
<b>Resultado da atividade</b>	<b>2.608</b>	<b>113</b>	<b>2.721</b>	<b>703</b>	<b>108</b>	<b>811</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>1.034</b>	<b>-</b>	<b>1.034</b>	<b>(36)</b>	<b>-</b>	<b>(36)</b>
Receita financeira	1.447	-	1.447	879	-	879
Despesa financeira	(413)	-	(413)	(915)	-	(915)
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>3.642</b>	<b>113</b>	<b>3.755</b>	<b>667</b>	<b>108</b>	<b>775</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(808)</b>	<b>-</b>	<b>(808)</b>	<b>(190)</b>	<b>-</b>	<b>(190)</b>
Correntes	(808)	-	(808)	(190)	-	(190)
<b>Lucro líquido do exercício (b)</b>	<b>2.834</b>	<b>113</b>	<b>2.947</b>	<b>477</b>	<b>108</b>	<b>585</b>

A seguir são detalhadas a natureza dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

(a) Os ajustes são decorrentes da contabilização na contabilidade societária das receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica, cuja margem de construção adotada foi estabelecida como sendo igual à zero. Desta forma, a receita de construção está representada pelo mesmo montante em custo de construção. Estes valores são de reconhecimento obrigatório pela ITG 01 (R1) – Contratos de Concessão, não sendo adotadas, no entanto, para fins da contabilidade regulatória.

(b) Os ajustes decorrem da Depreciação - Reavaliação Regulatória Compulsória, na qual os valores das cotas de depreciação referentes à reavaliação regulatória compulsória realizadas no exercício de 2024 possuem efeitos que não são reconhecidos na Contabilidade Societária. Como o Patrimônio Líquido da contabilidade regulatória e societária devem ser o mesmo, a diferença teve seu reflexo reconhecido em Outras reservas.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis (continuação)**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c) Os ajustes de 2023 decorrem da reversão de paridade de almoxarifado, em que o valor de NRV (Net Realizable Value) é reconhecido apenas na Contabilidade Societária, uma vez que, na Contabilidade Regulatória, os valores dos ativos são sujeitos à Reavaliação Regulatória Compulsória a cada ciclo de Revisão Tarifária.

(d) Os ajustes resultam da reclassificação de custos, originalmente categorizados com base em sua função na contabilidade societária, para sua classificação como custos gerenciáveis parcela B na contabilidade regulatória. Entre as principais categorias envolvidas estão salários e encargos, serviços de terceiros, além de depreciação e amortização.

**25. Instrumentos financeiros e objetivos e políticas para gestão de risco**

Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros da Empresa são: caixa e equivalentes de caixa, consumidores, fornecedores e encargos setoriais.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não havia diferença significativa entre os valores contábeis e os de mercado para os instrumentos financeiros da Empresa.

A Empresa não realizou operações de hedge, swap ou quaisquer outras operações que envolvam instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

A operações da Empresa estão expostas a riscos de mercado (moeda e indexadores), crédito e liquidez. Os riscos são constantemente acompanhados pela administração e todos os instrumentos financeiros detidos pela Empresa estão mensurados pelo custo amortizado e a administração entente que tais valores são próximos aos respectivos valores justos.

Considerações sobre os riscos

Os negócios da Empresa compreendem o fornecimento de energia a consumidores finais, como concessionária de serviços públicos, cujas atividades e tarifas são reguladas pela ANEEL. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são:

Risco de variação cambial na compra de energia de Itaipu

A Empresa está exposta em suas atividades operacionais à variação cambial no preço de compra de energia elétrica de Itaipu. Nesse sentido, ressalta-se que o mecanismo de compensação - CVA, protege a Empresa de eventuais perdas.

Risco de crédito

O risco de crédito surge pela possibilidade de a Empresa vir a incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados a seus clientes. Esse risco é avaliado como baixo, tendo em vista a pulverização do número de clientes e da política de cobrança e de corte de fornecimento para consumidores inadimplentes.

Instrumentos financeiros por categoria

	<b>Classificação</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Recursos em banco (Nota 4)	Custo amortizado	1.264	309
Consumidores (Nota 5)	Custo amortizado	3.939	3.565
<b>Passivos financeiros</b>			
Fornecedores (Nota 10)	Custo amortizado	(3.713)	(3.572)
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	(198)	(262)

Alguns instrumentos financeiros têm o seu custo amortizado substancialmente próximo ao valor de mercado, como contas a receber e outras operações específicas. Assim o valor de mercado é considerado o próprio custo amortizado.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis (continuação)**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 26. Contingências

A Empresa, com base nas avaliações dos seus consultores jurídicos, analisa as demandas judiciais passivas de naturezas trabalhistas, previdenciárias, tributárias, cíveis e outras. No entanto, para os períodos de 2024 e 2025, não foram identificadas causas com prognóstico provável de perda, e, conseqüentemente, não houve o reconhecimento de provisões na contabilidade para tais períodos. A administração mantém o compromisso de monitorar continuamente as ações em curso e constituir provisões adequadas, caso surjam novas informações que alterem as avaliações atuais dos consultores jurídicos.

Demandas judiciais passivas não provisionadas

As demandas judiciais passivas não reconhecidas nas demonstrações financeiras são processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída, conforme demonstrado abaixo:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Cível	557	3.855
	<u>557</u>	<u>3.855</u>

## 27. Seguros

A Empresa possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Empresa possuía apólices de seguro contratadas com terceiros, cuja natureza e cobertura estão indicadas a seguir:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Veículos	430	-
Vida	2.730	8.100

## 28. Eventos subsequentes

i) Após a data-base das presentes demonstrações, como parte do processo de compra e venda da Força e Luz Coronel Vivida Ltda., há a intenção de seus principais acionistas de transferirem o controle societário para o Grupo Pacto, para a holding controlada Pacto Energia Distribuição Paraná, sendo que esta holding foi constituída exclusivamente como um objeto societário para a centralização da participação societária de empresas controladas. Seu objeto social não contempla a realização de atividades operacionais próprias, tampouco a geração de receitas recorrentes. Dessa forma, sua existência é limitada à detenção das quotas e ações das controladas. As negociações encontram-se em estágio avançado, e a conclusão da operação está sujeita às aprovações regulatórias e societárias aplicáveis. A expectativa é de que a transferência de controle ocorra no segundo semestre, o que poderá implicar mudanças na estrutura organizacional e estratégica da companhia.

ii) Determinados ativos não fazem parte do objeto de compra e venda, deste modo formam a parcela a ser desmembrada da Empresa, composta por terrenos e edificações, registradas (os) pelo valor contábil de R\$ 2.378. Os ativos foram transferidos para a Forcel Coronel Vivida Participações Ltda. (empresa beneficiária), que possui quadro societário substancialmente composto pelos sócios retirantes da Empresa. Desse modo, finalizando os processos regulatórios necessários para anuência da operação, os ativos serão baixados contabilmente na Força e Luz Coronel Vivida Ltda. e o impacto financeiro dessa operação será refletido nas demonstrações contábeis do próximo exercício.

iii) Em continuidade ao processo de reestruturação mencionado anteriormente, foi solicitado anuência do órgão regulador para a incorporação da companhia ao Grupo Pacto. A operação visa à consolidação das atividades operacionais, financeiras e administrativas, promovendo sinergias e ganho de escala. A efetivação da incorporação está prevista para ocorrer após a conclusão da transferência de controle societário e será acompanhada da devida atualização nos registros societários e contábeis, em conformidade com a legislação vigente.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis** (continuação)  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



iv) A Empresa informa que está previsto, para o exercício de 2026, o processo de revisão tarifária periódica correspondente ao 6º ciclo, a ser conduzido pela Agência Nacional de Energia Elétrica. Esse processo tem por objetivo a redefinição das condições econômicas e financeiras da concessão, incluindo a revisão da estrutura de custos eficientes, base de remuneração regulatória e parâmetros operacionais, com impactos nas tarifas a serem aplicadas aos consumidores a partir de sua homologação. Por se tratar de evento subsequente que não evidencia condições existentes na data-base das demonstrações financeiras, seus efeitos serão reconhecidos no período findo em 2026, sendo refletidos prospectivamente após a definição e homologação pelo órgão regulador.

v) Após a data-base, a Empresa firmou contratos para aquisição de sistemas de armazenamento de energia por baterias (Battery Energy Storage Systems – BESS), com o objetivo de otimizar o atendimento ao consumo e aumentar a eficiência operacional do sistema elétrico. Os investimentos totalizam aproximadamente R\$ 30 milhões, com previsão de entrada em operação em fevereiro/2026. Esses ativos permitirão maior flexibilidade na gestão da demanda, contribuindo para a redução de custos operacionais e melhoria da qualidade do fornecimento de energia. Por se tratar de evento subsequente que não evidencia condições existentes na data do balanço, não houve reconhecimento contábil no período, sendo os efeitos refletidos nas demonstrações financeiras dos exercícios subsequentes.

A Administração da Empresa entende que não há outros eventos subsequentes relevantes que demandem ajuste ou divulgação adicional nas demonstrações financeiras.

Declaramos que as informações acima refletem, de forma fidedigna, a posição econômico-financeira da empresa na data apresentada.

---

**Rodrigo Ferreira Fonseca Pedroso**  
Diretor Presidente

---

**Juliana de Freitas Lopes**  
Contadora  
CRC-GO 029992/O-0



**AUDICONSULT**  
**AUDICONSULT Auditores S/S**

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS**

Aos  
Srs. Administradores e Quotistas  
**FORÇA E LUZ CORONEL VIVIDA LTDA.**  
Coronel Vivida – PR

**Opinião com ressalva**

Examinamos as Demonstrações Contábeis Regulatórias – DCRs, da **FORÇA E LUZ CORONEL VIVIDA LTDA.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração com base nas disposições do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE instituído pela Resolução Normativa 933/2021 da Agencia Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir, intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **FORÇA E LUZ CORONEL VIVIDA LTDA.**, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de relatórios contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico definido pela Agencia Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

**Base para Opinião com ressalva**

Conforme mencionado na Nota 28 às demonstrações contábeis regulatórias, em 17 de abril de 2024 foi aprovada a alteração do Contrato Social da Empresa e a cisão parcial de seu patrimônio líquido pelo montante de R\$ 2.378 mil, em conexão com a retirada de parte de seus quotistas. A referida cisão se deu mediante a cessão de determinados ativos representados por terrenos e edificações no montante de R\$ 433 mil, que foram vertidos para a Forcel Coronel Vivida Participações Ltda., de propriedade dos quotistas que se retiraram. Entretanto, a Empresa não procedeu à contabilização dessa transação em suas demonstrações contábeis regulatórias do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, em função da anuência da ANEEL ainda estar pendente. Consequentemente, o ativo imobilizado e o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2025 estão apresentados a maior em R\$ 433 mil e R\$ 2.378 mil, respectivamente, e o resultado do exercício findo nessa data está apresentado a menor em R\$ 1.284 mil, líquido dos efeitos de imposto de renda e contribuição social.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **FORÇA E LUZ CORONEL VIVIDA LTDA.**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

# **AUDICONSULT**

## **AUDICONSULT Auditores S/S**

### **Ênfase – Base contábil de elaboração das Demonstrações Contábeis Regulatórias**

Chamamos a atenção para a nota explicativa 02 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis, que foram elaboradas para auxiliar a companhia a cumprir os requisitos da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Consequentemente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins. Nossa opinião não está modificada com relação a esse assunto.

### **Outros Assuntos**

- **Apresentação das demonstrações financeiras societárias**

A **FORÇA E LUZ CORONEL VIVIDA LTDA.**, elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado para os cotistas e administradores da **FORÇA E LUZ CORONEL VIVIDA LTDA.**, com data de 24 de abril de 2026.

- **Valores correspondentes ao exercício anterior**

O exame das demonstrações contábeis regulatórias do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 10 de outubro de 2025, com modificações, conforme a seguir:

*Conforme mencionado na Nota 28 às demonstrações contábeis regulatórias, em 17 de abril de 2024 foi aprovada a alteração do Contrato Social da Empresa e a cisão parcial de seu patrimônio líquido pelo montante de R\$ 2.378 mil, em conexão com a retirada de parte de seus quotistas. A referida cisão se deu mediante a cessão de determinados ativos representados por terrenos e edificações no montante de R\$ 433 mil, que foram vertidos para a Forcel Coronel Vivida Participações Ltda., de propriedade dos quotistas que se retiraram. Entretanto, a Empresa não procedeu à contabilização dessa transação em suas demonstrações contábeis regulatórias do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, em função da anuência da ANEEL ainda estar pendente. Consequentemente, o ativo imobilizado e o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2024 estão apresentados a maior em R\$ 433 mil e R\$ 2.378 mil, respectivamente, e o resultado do exercício findo nessa data está apresentado a menor em R\$ 1.284 mil, líquido dos efeitos de imposto de renda e contribuição social.*

### **Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não

# **AUDICONSULT**

## **AUDICONSULT Auditores S/S**

detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São José (SC), 27 de abril de 2026.

HERMENEGILDO

JOAO

VANONI:29601045953

Assinado de forma digital por

HERMENEGILDO JOAO

VANONI:29601045953

Dados: 2026.04.28 14:15:30

-03'00'

---

**Hermenegildo João Vanoni**

Sócio Responsável

Contador-CRC-SC 14.874/O-7 "S" PR

**AUDICONSULT Auditores S/S**

CRC-SC 4.012 "S" PR